

## **Reestruturação produtiva, hegemonia pós-moderna e “abandono” do pensamento marxista: uma análise da pesquisa docente do curso de Ciências Sociais da UFC**

**Jonas Menezes Bezerra  
Graduado em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Ceará**

Este artigo está fundamentado na pesquisa desenvolvida em 2011 para o trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Este trabalho objetivou analisar a pesquisa docente nos cursos de Ciências Sociais e Engenharia de Teleinformática da UFC. Entretanto, neste artigo, apresento as discussões relativas apenas ao curso de Ciências Sociais. Para isso, realizei entrevistas semi-estruturadas com seis professores do curso, escolhidos com base em critérios previamente estabelecidos, bem como analisei alguns projetos de pesquisa de cada docente escolhido. Dentre as questões levantadas nas entrevistas, indaguei aos professores quais as bases teóricas de sustentação das suas pesquisas. Pude perceber, a partir das respostas dos docentes, a ausência de Marx ou de qualquer outro teórico marxista como referência teórica para os projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos dos professores entrevistados. Essa constatação serviu de estímulo para suscitar essa discussão e levantar a hipótese de que essa tendência de “abandono” da teoria marxista em privilégio a um “ecletismo teórico” ou a não filiação a uma determinada corrente de pensamento por parte dos docentes nas universidades é resultado da hegemonia do pensamento pós-moderno na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Pós-modernismo, Marxismo, Reestruturação Produtiva.

### **INTRODUÇÃO:**

A queda do muro de Berlim e o fim da URSS, juntamente com as transformações no sistema capitalista em busca de recompor suas taxas de crescimento pareciam confirmar a tese do “fim da História” de Francis Fukuyama. Neste contexto, emerge no plano teórico-cultural o pós-modernismo, caracterizado pela crença na descontinuidade da história, na efemeridade e no fim dos metarrelatos, dentre os quais se inclui a teoria marxista.

Durante a graduação, pudemos perceber que raramente os professores utilizam textos ou livros de Marx e de outros pensadores marxistas nas disciplinas, ou mesmo tomavam como referência teórica para suas pesquisas. Qual a relação entre esse abandono do marxismo e a ascensão do pensamento pós-moderno? Qual a consequência desse abandono para a produção de um conhecimento crítico? Em que medida a pesquisa produzida – fundamentada nos princípios do pensamento pós-moderno - não apresenta uma visão fragmentada da sociedade que, em última instância, corrobora para

manutenção da estrutura social vigente? Estas foram algumas questões que impulsionaram a elaboração deste artigo.

O artigo em questão está consubstanciado no trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFC, no qual realizamos entrevistas com seis professores deste curso, previamente selecionados com base em três critérios definidos. O primeiro critério foi selecionar os docentes com base nas três unidades curriculares das Ciências Sociais, assim, selecionei um da Ciência Política, dois da Antropologia e três da Sociologia. O segundo critério foi englobar as diversas temáticas pesquisadas no curso como, por exemplo: violência, gênero e sexualidade, direitos indígenas, etc. E, por último, o financiamento recebido pelos professores para realização das pesquisas, contemplando as diversas fontes: agências públicas de fomento, empresas privadas e organizações não governamentais. Cabe destacar também a análise feita de alguns projetos de pesquisa dos professores escolhidos.

A dinâmica expositiva deste trabalho compreende, primeiramente, uma breve análise acerca das transformações políticas, econômicas e culturais na sociedade contemporânea, a partir dos anos 70, no qual se destaca a ascensão do pensamento pós-moderno que, a partir de então, torna-se a referência teórico-cultural hegemônica nessa chamada “sociedade da informação”. Dentre as suas características principais, verifica-se a negação dos metarrelatos e das teorias “universalizantes”. Em decorrência, observa-se um processo de “abandono” do marxismo no âmbito da universidade. Em seguida, apresentamos o resultado da pesquisa de campo realizada no trabalho, evidenciando as respostas dos professores acerca das bases teóricas de sustentação de suas pesquisas. Por fim, discutimos, a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo, a conexão existente entre o “sumiço” da teoria marxista e o predomínio do pensamento pós-moderno.

Assumimos como pressuposto que, não obstante as transformações no capitalismo contemporâneo, as contribuições teóricas do pensamento marxista permanecem extremamente válidas e necessárias. Somente a teoria marxista possibilita uma compreensão da realidade na sua essência e na sua totalidade, para além da aparência e do imediato. Além disso, não se limita a contemplação da realidade, ao contrário, visa explicitamente superação do sistema do capital.

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ASCENSÃO DO PENSAMENTO PÓS-MODERNO:**

A queda das taxas de lucro a partir do início dos anos 70, após um período de grande acumulação de capitais, desencadeou profundas mudanças na sociedade capitalista contemporânea, entre as quais, podemos destacar: o advento do modelo neoliberal; a desregulamentação dos direitos sociais; a reorganização do sistema produtivo; através da passagem do regime fordista-taylorista, para o modelo de acumulação flexível, inspirado do Toyotismo; e a ascensão de uma cultura pós-moderna.

A passagem do modelo fordista-taylorista para a acumulação flexível “[...] foi um confronto direto com a rigidez do fordismo em busca de reaver patamares de lucratividade perdidos com os limites estabelecidos pela rigidez da economia fordista e seu estreitamento nas margens de lucro.” (HARVEY, 2011, p. 140). No âmbito teórico-cultural, observa-se a ascensão do pensamento pós-moderno, cujas características sinalizam uma estreita conexão com a emergência do regime de acumulação flexível de capital. Conforme Harvey (2011, p. 293):

A crise de superacumulação iniciada ao final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas.

Ou seja, o pós-modernismo não é a expressão cultural de uma nova ordem social, ao contrário, o pensamento pós-moderno é a expressão do atual movimento do capital contemporâneo. À um processo de aceleração do processo produtivo, corresponde um quadro social de efemeridade de produtos e ideias e de fragmentação das estruturas sociais, aspectos característicos da pós-modernidade.

Cabe recordarmos que, no plano político, vivenciávamos o colapso das experiências socialistas e o avanço do neoliberalismo. O pós-modernismo foi ao encontro desse processo, propondo a revisão de conceitos clássicos da teoria política como: ideologia, história, classe social, etc., suplantando o debate teórico sobre questões recorrentes da política e da economia por discussões em torno da linguagem e da subjetividade (EAGLETON, 1998, p. 33).

É errôneo – como afirma Harvey (2011, p. 307) – considerar as mudanças na vida cultural apartadas das transformações no sistema do capital e da lógica de acumulação capitalista. Há uma estreita vinculação entre os traços fundamentais do pós-modernismo e as mudanças no mundo do trabalho, nas relações sociais, na economia, etc.

A flexibilidade pós-modernista, por seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente pelo dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo. Harvey (2011, p. 303)

Nesse contexto, o pensamento pós-moderno se opõe a teoria marxista por fazer crer que para esta teoria a história dispõe de uma lógica própria, pré-determinada, direcionada para um horizonte pré-definido independente dos nossos projetos individuais (EAGLETON, 1998, p. 51). Portanto, o pós-modernismo nega qualquer sentido de continuidade histórica. A vida social é apenas a sucessão de eventos aleatórios e isolados, sem qualquer conexão entre si ou com as condições históricas precedentes (HARVEY, 2011, p. 22). Vivemos um eterno presente, não relacionado com o passado e impossibilitado de visualizar o futuro. Segundo Eagleton (1998, p. 52), o pós-modernismo:

[...] vê a história como uma questão de mutabilidade constante, exuberantemente múltipla e aberta, uma série de conjunturas ou descontinuidades que só uma violência teórica poderia forçar à unidade de uma narrativa única.

A rejeição pelas grandes narrativas e as interpretações universais parte do temor do pensamento pós-moderno de reduzir as pequenas narrativas e experiências particulares e locais a meros efeitos daquelas. De fato, como aponta Harvey, o pós-modernismo exerce uma influência positiva “[...] em sua preocupação com a diferença, as dificuldades de comunicação, a complexidade e nuances de interesses, culturas, lugares, etc.” (HARVEY, 2011, p. 109). No entanto, a descrença nas metanarrativas conduz ao “[...] desaparecimento da reflexão em torno das questões econômicas do sistema, que em hipótese alguma podem ser transformadas a partir de um ponto local.” (JAMESON, 1997, p. 332-333). De acordo com Cristiane Marinho (2009, p. 271): “As mudanças almejadas são simplesmente mudanças locais, sem a pretensão de

transformações radicais sistêmicas, consistindo o cerne da política pós-moderna, que rejeita a totalidade social ao priorizar as reformas pontuais.”.

Acrescenta-se ainda o apego à diferença e a pluralidade, elementos aos quais o marxismo, o socialismo e outras teorias minimizam. Sobre esse aspecto, Terry Eagleton (1998, p. 118) critica essa “cultuação da diferença”, uma vez que:

[...] como fim em si mesma se desmascara e se mostra deveras parcial e empobrecida. As diferenças não podem florescer enquanto homens e mulheres definham sob formas de exploração; e combater com eficácia essas formas implica ideias de humanidade que são necessariamente universais.

A finalidade política da teoria marxista não é se fixar na diferença, mas na “emancipação da diferença” para a “descoberta ou criação de nossas reais diferenças, que no final das contas só podem ser exploradas de forma recíproca [...]” (EAGLETON, 1998, p. 118).

Para Marx não existe uma história independente dos homens. Estes constroem sua própria história ao produzirem os meios para sua própria sobrevivência. Isto é, “As premissas que partimos são os homens, não em sua forma isolada ou definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições.” (ENGELS; MARX, 2007, p. 20). Ou seja, “A subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico [...]” (CHAGAS, 2011, p. 50).

A vitalidade do pensamento marxista está na sua capacidade de explicitar o movimento real e as contradições do capitalismo, mesmo na sua fase avançada, ao passo que as teorizações dominantes no âmbito das ciências sociais se limitam a reflexão sobre o secundário, o efêmero e não ultrapassam a superficialidade dos fenômenos sociais. Para Felismino (2011, p. 76), estas teorias são “[...] incapazes de oferecer elementos conceituais que contribuam para uma crítica teórico-prática acerca da sociedade burguesa.”.

Sobre a relação da teoria marxista com a sociologia acadêmica, Ruy Braga (2009, p. 75) afirma tratar-se de um movimento pendular. Ao delimitar uma separação cronológica na história da disciplina, observa-se um primeiro momento, de 1880 a 1945, de repulsão a teoria de Marx; seguida por um segundo período, de 1945 até a década de 80, que há uma aproximação com as contribuições teóricas marxistas; e uma terceira

fase, que se inicia no final da década de 80 e perdura até os dias atuais, que se vê uma negação e um desinteresse por toda contribuição que tenha referência em Marx ou nos marxistas do século XX. No entanto, apesar de todas as tentativas, o legado teórico de Marx continua sendo tão imprescindível que ele continua a fazer parte do “tripé” base das ciências sociais juntamente com Weber e Durkheim.

Com efeito, parece haver uma tendência em curso de “abandono” das contribuições teóricas e do legado de Marx e dos grandes teóricos marxistas do século XX nos debates em salas de aula, bem como na utilização do pensamento marxista enquanto referencial teórico para as pesquisas, monografias, dissertações ou teses.

Reconhecemos que este trabalho tem um recorte bastante limitado e não pretendemos fazer generalizações a partir das hipóteses levantadas. Ao contrário, através das reflexões levantadas neste artigo, objetivamos suscitar esta discussão, relativamente incipiente no seio da universidade.

## **BASES TEÓRICAS DE SUSTENTAÇÃO DA PESQUISA NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC:**

Nas entrevistas realizadas com os docentes selecionados do curso de Ciências Sociais, questionamos quais os referenciais teóricos utilizados para sustentação dos trabalhos de pesquisa. Por uma questão de ética e com a finalidade de preservar a identidade dos professores entrevistados, omitimos o nome dos referidos sujeitos envolvidos na pesquisa. Dessa maneira, utilizamos letras minúsculas para referir-se aos professores entrevistados.

O pesquisador “a” destacou uma aproximação tanto com autores clássicos, especialmente com Max Weber, como também com autores contemporâneos, como por exemplo: Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt. Além disso, afirma manter uma interlocução com uma rede de pesquisadores brasileiros que trabalham com as mesmas temáticas de pesquisa. Todas essas referências teóricas destacadas pelo professor “a” são devidamente trabalhadas nos seus projetos e produções de pesquisa que pudemos analisar.

Eu discuto muito com as teorias do Max Weber, principalmente, na linha do monopólio legítimo da violência física. [...] como também relação entre poder e violência. [...] Outro autor que eu tenho trabalhado é o Norbert Elias, principalmente, com a discussão que ele

faz sobre o processo civilizador. [...] É um autor que para mim é uma grande referência para essa discussão sobre a questão da violência e conflitos sociais. Uma outra autora que é a Hannah Arendt - eu trabalhei bem mais com a Hannah Arendt – hoje em dia, eu já trabalho menos, mas a Hannah Arendt foi muito importante para os meus estudos [...] Eu trabalho muito com Bourdieu a questão da violência simbólica, dominação simbólica, mas eu discuto o Bourdieu muito a partir dessa categoria dele de *habitus*, de capital, e basicamente eu trabalho muito com Bourdieu a questão metodológica. [...] E tenho trabalhado com alguns autores brasileiros: o José de Souza Martins [...] algumas pessoas que a gente mantém um certo diálogo permanente que fazem parte do grupo de pesquisa que eu pertença que é o Michel Misse que é do Rio, a Alba Zaluar do Rio, o José Vicente Tavares dos Santos que é do Rio Grande do Sul, o Sérgio Adorno de São Paulo e a Maria Stella Grossi de Brasília.

No caso do professor “b”, este admitiu manter uma interlocução com os três grandes pensadores no âmbito das ciências sociais: Marx, Durkheim e Weber, recorrendo a cada um desses de acordo com a temática em questão:

Eu trabalho muito conceitos clássicos. Quando eu trabalho administração pública a minha referência é o Weber, que é o fundador, a pessoa que analisou e que estabeleceu primeiro das organizações complexas [...] No caso, quando eu vou analisar a sociedade civil, a minha referência é o Marx, principalmente, o conceito de classe social. Eu acho que esse é um conceito que ainda continua válido na nossa visão da sociedade, apesar da dificuldade, especialmente no Brasil, de delimitar ou demarcar a fronteira das classes sociais. Quando eu trato da cultura, de valores, a minha referência é sempre o Durkheim, que é a pessoa que estabeleceu a noção que as nossas visões de mundo determinam também as nossas ações e como nós vamos estabelecer os nossos laços de solidariedade e de conflito. Na verdade, eu recorro a toda a teoria social para compreender e analisar as situações concretas [...].

No seu projeto de pesquisa, em curso atualmente, o professor “b” toma como referência teórica, além de pesquisadores brasileiros e estrangeiros que abordam a temática da telecomunicação, o autor Max Weber e também dois autores contemporâneos: Pierre Bourdieu e Talcott Parsons.

Por sua vez, o professor “c” indicou como referencial teórico, determinados pesquisadores brasileiros e estrangeiros que tratam da mesma área de pesquisa que é a questão indígena. São autores com quem mantém uma interlocução para produção dos seus trabalhos de pesquisa:

[...] posso dizer assim, que esses são meus grandes orientadores: John Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e João Pacheco de Oliveira, que, por sua vez, tem uma perspectiva muito alinhada com os estudos mais recentes da Antropologia norte-americana: John Hill, John Friedman são os autores que discutem para a situação dos Estados Unidos problemáticas similares a questão dos índios.

Sobre os autores utilizados nas pesquisas, o professor “d” afirmou não ter uma linha teórica definida. Citou tanto autores contemporâneos, como também pesquisadores brasileiros que trabalham com os mesmos objetos de investigação:

Tem autores que são autores brasileiros específicos que lidam com a pesquisa, por exemplo, tem uma turma com quem eu tenho bastante contato: Carlos Fortuna lá em Coimbra, Rogério Proença Leite, lá em Recife, o Frugori em São Paulo, o Lúcio Avariquí, então são autores com os quais eu trabalho na área de urbano. Autores mais teóricos, eu tenho a influência o de vários, por exemplo, Bordieu tá muito presente nos meus trabalhos, mas eu diria que eu sou eclética nas minhas temáticas. Não teria, vamos dizer assim, assim uma linha muito específica.

Em conformidade, o professor “e” afirma manter uma interlocução tanto com autores contemporâneos das ciências sociais, como também pesquisadores das ciências sociais que trabalham as mesmas temáticas de pesquisa (habitação, cidade e meio ambiente). Essa assertiva foi ratificada a partir dos projetos de pesquisa analisados. Afirma o professor:

Eu tenho trabalhado em termos teóricos com a questão da sociedade de risco. Então é um tema que vem sendo trabalhado por Ulrich Bech, que não é tão conhecido na área de ciências sociais, mas ele tem uma interlocução muito grande com o Anthony Giddens, que é um autor que a gente trabalha bastante aqui. Fora isso, tem autores da sociologia urbana, habitação, urbanismo, meio ambiente e direito urbanístico, que são autores também que não são muito trabalhados aqui. Trabalho com conflitos ambientais também aí tem um autor chamado Axel, que é da UFRJ. Na questão da habitação, eu trabalho com Alice Valadares, que é uma socióloga. Aí na questão da produção do espaço urbano tenho uma interlocução com o David Harvey, que é geógrafo, tem as urbanistas brasileiras: Henri e Raquel Rolnik.

O professor “f” admitiu manter uma interlocução com pesquisadores brasileiros que abordam a temática da sexualidade, além de autores contemporâneos como o Foucault e outros autores que trabalham com a temática da subjetividade e da diferença e também autores que mantêm uma interlocução entre as ciências sociais e outras:

A primeira vertente é uma leitura da Antropologia e Sociologia da Sexualidade, mapeando a produção nacional sobre sexualidade brasileira. Uma outra vertente, que também é muito importante para mim, são os autores que trabalham com a subjetividade e diferença: Foucault, Deleuze, Gatarray, Derrida e os leitores de Foucault. E também um outro campo de estudo que me interessa muito são os estudos feministas. Paralelamente, eu tenho feito investimentos sobre relação entre Antropologia e Literatura, Sociologia e Literatura, enfim, fronteiras das ciências sociais com as artes, com a literatura, que é uma coisa que eu venho há muito tempo desenvolvendo [...].

Nos projetos de pesquisa que analisamos, pudemos também constatar esta sua afirmativa. O professor “F” toma como referência vários autores contemporâneos no âmbito das ciências sociais, como por exemplo: Zygmunt Bauman, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, além do autor clássico, Émile Durkheim.

### **ECLETISMO TEÓRICO E “ABANDONO” DA TEORIA MARXISTA:**

Nota-se que há uma tendência entre alguns professores entrevistados de trabalharem distintas vertentes teóricas, sem filiação a uma determinada matriz ou referencial teórico específico. Parece haver entre os sujeitos entrevistados uma crença da relação absolutamente inevitável entre o confronto de ideias e o debate teórico, com a imposição de interlocuções com diferentes autores, parecendo aproximar-se de um relativismo teórico-metodológico. Entretanto, cabe ressaltar que abertura ao diálogo não é necessariamente conflitante com o privilegiamento de determinada matriz teórica como a mais adequada à compreensão da realidade (TONET, 1995, p. 2).

A crença de que a fragmentação e a fluidez da sociedade contemporânea destroem qualquer referência à identidade e homogeneidade das classes sociais conduz a uma compreensão da inadequação de determinados paradigmas surgidos na modernidade que privilegiavam a compreensão da totalidade social numa perspectiva macroestrutural, como é o caso específico do marxismo. Omite-se, contudo, que a não filiação a uma determinada matriz teórica é, na prática, em si mesma uma filiação teórica.

Verifica-se uma excessiva sobrevalorização do ponto de vista individual. Segundo Tonet (1995, p. 7): “[...] toda a problemática é examinada de um ponto de vista do sujeito e não da integralidade do processo de conhecimento [...]”. O conhecimento se funda no ser e não na construção autônoma da subjetividade. Inverte-se, portanto, a

relação entre a materialidade das condições socioeconômicas e o ponto de vista individual dos sujeitos, de tal modo que se compete às ideias a determinação sobre o movimento da história e a produção do real (CHAUI, 2006, p. 27).

Compreendemos que a apreensão do objeto na sua integralidade é um processo de captura da lógica própria desse objeto, e não na atribuição arbitrária do sujeito (TONET, 1995, p. 8). Essa concepção suscita de imediato uma contestação acerca do papel do sujeito no processo de construção do conhecimento. Caberia a este a mera reprodução das estruturas postas? Sobre isso Tonet (1995, p. 11) argumenta:

[...] a liberdade não reside essencialmente na possibilidade de escolher autonomamente o método que se julgar mais adequado, mas de postar-se do ângulo mais favorável à captura integral do objeto. Portanto, o fundamento da liberdade do sujeito está no objeto, sem que isto diminua minimamente o caráter ativo e livre da subjetividade. Em síntese, aqui o sujeito se constitui como sujeito tanto mais livre – porque não se trata de um mero processo teórico, mas teórico-prático – quanto mais está posicionado e opera daquele lugar que lhe permite mais plenamente alcançar o fim desejado.

No que se refere à determinação social do conhecimento, a maneira como interpretarmos a realidade expressa o modo como nos colocamos e como intervimos nessa realidade. Ainda de acordo com Tonet (1995, p. 13): “Os pontos de vista, então, expressam o ser mais profundo das classes sociais, em momentos diferentes da história, mediados pela atividade da subjetividade, sem que isto signifique uma relação mecânica entre classe e ponto de vista.”.

Apoiando-se no princípio da autonomia, a omissão perante a realidade e a negação da determinação sócio-histórico do conhecimento conduz – não a pretensa autonomia e liberdade idealizada pelos intelectuais – e sim ao favorecimento da classe dominante e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*.

Ocultando a determinação histórica do saber, a divisão social das classes, a exploração econômica e a dominação política, as ideias se tornaram representações universais abstratas, imagens que a classe dominante possui de si mesma e que se estendem para todas as classes sociais e para todas as épocas. Em uma palavra, a ideologia integra a lógica da luta de classes em favor da classe dominante (CHAUI, 2006, p. 27).

A tomada de posição não é antagonista do reconhecimento da determinação social do conhecimento. Ao contrário, de acordo com Chauí (2006, p. 29) a noção de engajamento dos intelectuais perpassa pela:

[...] compreensão de que as artes e o saber são instituições sociais no sentido forte do termo, ou seja, não apenas porque estão determinadas pelas condições sociais que definem, historicamente, sua produção, circulação e conservação, mas, sobretudo porque exprimem as relações sociais, políticas e culturais em que são produzidas, distribuídas e conservadas.

Nesse sentido, as bases teóricas que utilizamos para compreendermos a realidade não são escolhas desvinculadas da nossa concepção de mundo e do modo como nos situamos e atuamos frente a essa realidade que está posta. As opções ideológicas identificadas com um determinado ponto de vista não condicionam somente a escolha do objeto e as questões relevantes, mas também a própria argumentação, posto que define um modo de compreender este objeto e circunscreve um limite de variação das respostas à problemática escolhida a partir deste ponto de vista de classe.

Os elementos discutidos acima evidenciam que não se pode esperar uma perspectiva de engajamento sociopolítico radical frente à realidade por aqueles que assumem uma proximidade com o pensamento pós-moderno. Como aponta Harvey (2011, p. 55):

[...] se como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo como uma totalidade cheia de conexões e diferenciações em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global.

Não obstante as profundas transformações ocorridas nos diversos campos da vida social neste último século colocam questões novas e desafiadoras para o pensamento marxista, o legado teórico de Marx permanece vivo e extremamente atual, uma vez que as bases de sustentação do sistema capitalista não desapareceram. E, precisamente, pelo marxismo ser “[...] portador de crítica radical a ser efetivada pela classe social interessada em criar uma estrutura e relações radicalmente emancipatórias para a humanidade.” (FELISMINO, 2011, P. 76).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma Sociologia Pública**. São Paulo: Alameda. 2009.

CHAGAS, Eduardo. F. Bases para uma teoria da subjetividade em Marx. In: BAIMA, J. E. (Org.); MENEZES, A. M. D. de (Org.); LIMA, K. R. R. (Org.); OLIVEIRA, T. C. (Org.); SOUSA JUNIOR, J. de (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista**. 01 ed. Fortaleza: Edições - UFC, 2011, v. 01, p. 49-65.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, A. (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

EAGLETON, Terry. **As ilusões da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 3ª Ed.

FELISMINO, Sandra C. Radicação Ontológica do Pensamento: a distinção entre Marx e Weber. In: BAIMA, J. E. (Org.); MENEZES, A. M. D. de (Org.); LIMA, K. R. R. (Org.); OLIVEIRA, T. C. (Org.); SOUSA JUNIOR, J. de (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista**. 01 ed. Fortaleza: Edições - UFC, 2011, v. 01, p. 79-90.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 21ª ed.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

MARINHO, Cristiane M. **Pensamento pós-moderno e educação na crise estrutural do capital**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

TONET, I. (1997). “Pluralismo Metodológico: Falso Caminho”. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 16, n. 48, pp. 35-57, ago. 1995. Disponível em [http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/pluralismo\\_metodologico.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf).